

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS  
GERAIS**

**REPRESENTAÇÃO**

**REPRESENTANTE: EUZÉBIO TEIXEIRA DE SOUZA - Chefe do poder Executivo  
do Município de São Pedro do Suaçuí**

**REPRESENTADOS: RICARDO ARAÚJO SOUZA e J. GALVÃO DEDETIZAÇÃO ME**

**CONTRATO Nº 27/2020 - PROCESSO Nº 66/2020 - DISPENSA Nº 28/2020**

**CONTRATO Nº 26/2020 - PROCESSO Nº 67/2020 - DISPENSA Nº 29/2020**

**EUZÉBIO TEIXEIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, **Prefeito Municipal de  
SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ**, inscrito no CPF sob o nº. 085.664.526-58 e RG nº. MG –  
377531613 – SSP/MG, endereço eletrônico: euzebioteixeira@gmail.com, com  
endereço residencial a Rua Candido Ferreira, nº 9, Centro, São Pedro do Suaçuí, CEP:  
39.784-000, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, **REPRESENTAR** em  
face do Sr. **RICARDO ARAÚJO SOUZA**, brasileiro, solteiro, Ex-Prefeito Municipal de  
São Pedro do Suaçuí, inscrito no CPF sob o nº. 028.135.336-02, residente e domiciliado  
na Fazenda dos Coqueiros, Zona Rural, São Pedro do Suaçuí/MG, CEP 39.784-000,  
contato telefônico (33)99813-1426; e da empresa **J. GALVÃO DEDETIZAÇÃO**, com  
inscrição no CNPJ: 31.981.932/0001-96, endereço eletrônico:  
jgdedetizacao36@gmail.com, sediada à MGR BR 116 KM 504 nº 217489,  
Inhapim/MG, CEP: 35.330-000, pelos seguintes fatos e fundamentos:



## 1. DA LEGITIMIDADE

O Representante, Sr. Euzébio Teixeira de Souza, ocupa atualmente o cargo de Prefeito do Município de São Pedro do Suaçuí, exercendo, portanto, o Poder Executivo Municipal, o que o torna legítimo para representar ao Tribunal de Contas Estadual, conforme determina o inciso, I, do parágrafo 1º, do art. 70 da Lei Complementar nº 102 de 17/01/2008, que dispõe:

Art. 70 – Serão recebidos pelo Tribunal como representação os documentos encaminhados por agentes públicos comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do exercício do cargo, emprego ou função, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma, por força de Lei específica.

§ 1º – Têm legitimidade para representar ao Tribunal:

I – Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;(...)

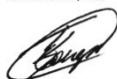
## 2. DOS FATOS

No dia 15 de outubro de 2020, a Prefeitura de São Pedro do Suaçuí, através do então Prefeito do Município, senhor Ricardo Araújo Souza, celebrou com a empresa J. Galvão Dedetização ME, dois Contratos de dispensa de licitação, quais sejam:

- **CONTRATO Nº 27/2020 - PROCESSO Nº 66/2020 - DISPENSA Nº 28/2020, cujo objeto era a “prestação de serviços de sanitização e controle microbiológico de ambientes a serem realizados nas dependências dos órgãos públicos”, no valor de R\$ 48.756,00 (quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais)**

- **CONTRATO Nº 26/2020 - PROCESSO Nº 67/2020 - DISPENSA Nº 29/2020, cujo objeto era a “prestação de serviços de dedetização geral em todos os prédios da Prefeitura Municipal de São Pedro do Suaçuí/MG, no valor de R\$ 17.150,00.**

Ambos os contratos tinham como vigência inicial a data de 15/10/2020 e como vigência final a data de 31/12/2020 e juntos totalizaram o valor de R\$ 65.906,00



(sessenta e cinco mil, novecentos e seis reais), conforme comprovam os documentos em anexo.

**Os contratos de dispensa retro mencionados foram objeto de auditoria, realizada pela empresa HC CONSULTORIA E ASSESSORIA, CNPJ 27.220.320.001-03, em 11/08/2021 (relatório anexo), que constatou diversas irregularidades, vejamos:**

- O Termo de Justificativa foi elaborado após a apresentação dos orçamentos;
- Só foram levadas em consideração as propostas encaminhadas pela empresa vencedora;
  - Os contratos foram assinados com a mesma data do Termo de Justificativa;
  - Termo de Referência elaborado antes da apresentação da proposta aceita;
  - Ausência de critério de solicitação para apresentação das propostas como a especificação da quantidade necessária para contratação, além de os orçamentos não distinguirem um processo do outro, tendo sido realizados com as mesmas empresas em mesma data e horário;
  - Ausência de parecer jurídico;
  - Ausência de delimitação prévia quanto aos locais onde os serviços objeto dos contratos seriam realizados;
  - Ausência de nomeação de um representante da Administração Pública para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
  - Ausência de ateste a nota fiscal referente aos serviços contatos e sua real execução;
  - Objetos semelhantes em ambos os contratos, com a mesma data e dias de execução, mesma data de vigência, mesma data para pagamento e mesmo fornecedor vencedor.

Assim, o Representante, atual Prefeito Municipal de São Pedro do Suaçuí/MG, tomou conhecimento, através da auditoria realizada, que os Contratos de Dispensa de números 28 e 29 de 2020, afrontam o que preceitua a legislação pátria, as recomendações do Ministério Público e as resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



Resta evidente, portanto, que os contrato de prestação de serviços referentes a "sanitização e controle microbiológico de ambientes a serem realizados nas dependências dos órgãos públicos" e a "dedetização geral em todos os prédios da Prefeitura Municipal de São Pedro do Suaçuí/MG" pactuados com a Empresa J. Galvão Dedetização ME, foram realizados sem o devido trâmite legal ocasionando prejuízo direto aos cofres públicos do Município de São Pedro do Suaçuí/MG.

Esclarecemos que inexistente qualquer justificativa de ordem pública, financeira ou social que pudesse apoiar a contratação da Empresa Representada sem o devido e regular processo licitatório ou de dispensa de licitação.

**A contratação direta da empresa Representada, sem a correta realização das fases do procedimento de dispensa de licitação, determinadas por lei, deixa evidente que, o então prefeito sr. Ricardo Araújo Souza, burlou diretamente o processo licitatório, beneficiando exclusivamente a empresa Representada em detrimento da ampla participação e interesse da concorrência das demais empresas do ramo de dedetização que oferecem estes serviços para os Municípios.**

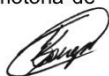
Salientamos que existem dezenas de empresas de dedetização no município e próximas ao mesmo que atenderiam esta demanda da Prefeitura do Município de São Pedro do Suaçuí/MG, sendo as mesmas, inclusive, localizadas a uma distância menor do que a contratada que fica a aproximadamente 250km de distância do município contratante.

Importante ressaltar que os orçamentos apresentados estão acima do preço de mercado, como pode ser verificado em qualquer consulta simples pela internet.

Assim, ficando latente que não há justificativa plausível para contratação emergencial, sem o devido e regular processo licitatório, da Empresa J. Galvão Dedetização ME, o que evidencia a conduta impropria das partes envolvidas já que houve fraude à legislação pátria e dano direto aos cofres públicos do Município de São Pedro do Suaçuí/MG.

**Considerando o movimento pela transparência e fiscalização no gasto público capitaneado pelo Tribunal de contas do Estado de Minas Gerais;**

Considerando que o Representante, chefe do poder executivo municipal, vem mantendo estrita sintonia fina com as recomendações recebidas pela Promotoria de



Justiça da Comarca de Peçanha/MG, e também pelo TCE/MG, de modo a aperfeiçoar a publicidade e transparência dos gastos públicos do município de São Pedro do Suaçuí/MG;

Considerando que seja dever dos poderes constituídos a observância dos princípios norteadores da administração pública;

O Chefe do Poder Executivo do Município de São Pedro do Suaçuí, entendendo a gravidade dos fatos realizados pelo antigo prefeito municipal e pela empresa contratada, oferece a presente representação ao Tribunal de Contas de Minas Gerais.

### **3. DO DIREITO**

A presente Representação tem respaldo Jurídico nos artigos 2º; 3º, XXIII e XXVIII; 19, XXIV; 35, VI e XV; 65; e 70, todos da da Lei Complementar nº 102 de 17/01/2008.

Conforme já mencionado, os contratos de dispensa pactuados com a empresa Representada padecem de diversas irregularidades e vícios que os inviabiliza, pelo que deve ser apurada a responsabilização dos envolvidos.

Conforme identificado na auditoria realizada nos contratos objetos da presente Representação, o Termo de Justificativa, datado a 15/10/2020, foi elaborado após a apresentação dos orçamentos, datados a 13/10/2020 e 15/10/2020, tendo os mesmos sido encaminhados pelos fornecedores.

Para as contratações em tela foram considerados apenas os orçamentos dos contratos de dispensa e não o termo de justificativa. Ainda, os Contratos foram assinados na mesma data do Termo de Justificativa, com a ausência de um Termo de Referência elaborado após a apresentação da proposta aceita.

A cotação dos preços deve ser feita após a delimitação do objeto e das condições do serviço a ser contratado.

Determina o art. 4º-E da Lei nº 14.035/2020 o seguinte:

“Art. 4º-E Nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.



**§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado referidos no caput deste artigo conterá:**

I – declaração do objeto;

II – fundamentação simplificada da contratação;

III – descrição resumida da solução apresentada;

IV – requisitos da contratação;

V – critérios de medição e de pagamento;

**VI – estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, 1 (um) dos seguintes parâmetros:**

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sites especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

Em se tratando de um processo de dispensa o Termo de Referência precisa necessariamente ser elaborado APÓS a apresentação da proposta aceita, já que a estimativa de preços é um dos requisitos do mesmo.

**O próprio TCE-MG define o Termo de Referência da seguinte forma, conforme pode ser verificado na página 7 da Cartilha que pode ser acessada através do link <https://www.tce.mg.gov.br/img/2017/Cartilha-Como-Elaborar-Termo-de-Referencia-ou-Projeto-Basico2.pdf>.**

*“O Termo de Referência ou Projeto Básico é um instrumento obrigatório para toda contratação (seja ela por meio de licitação, dispensa, inexigibilidade e adesão à ata de registro de preços), sendo elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e devendo reunir os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto, bem como as condições da licitação e da contratação.”*

**Analisando as contratações em tela verifica-se que na verdade não houve a apresentação de Termo de Justificativa, mas sim de Termo de Referência ao final do processo, o que é contrário ao que determina a Súmula 177 do TCU.**

Verifica-se ainda, nas contratações em tela, a **ausência de critérios para a solicitação para apresentação das propostas como a especificação da quantidade necessária para contratação, além de os orçamentos não distinguirem um processo do outro, tendo sido realizados com as mesmas empresas em mesma data e horário, o que viola o art. 14 da Lei nº 8.666/93.**



Entende o TCU (acórdãos de nº 627/2003 e 2927/2009) que “a correta definição do objeto no Projeto Básico é condição inafastável para sua legitimidade, pois constitui elemento indispensável à efetiva observância dos princípios constitucionais da isonomia e da publicidade”.

No caso em tela houve ainda a ausência de delimitação prévia quanto aos locais onde os serviços objeto dos contratos seriam realizados. A justificativa da quantidade a ser contratada está embasada em estimativas e não há delimitação da distribuição dos objetos contratados.

**A ausência da correta definição do objeto do Projeto Básico está em desacordo com os princípios da isonomia e da ampla competitividade insertos no inciso XXI do art. 37 da CF/88, bem como com o que determinam os arts. 6º, IX, e 40, I, da Lei nº 8.666/93.**

Determina o art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93 que o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente **pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade, o que não foi feito no caso em tela.**

Apesar do art. 58, III, da Lei nº 8.666/93 conferir à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar lhes a execução, e o art. 67 da mesma Lei, determinar que a execução do contrato **deverá** ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, isso não foi feito.

**Ausente ainda, no caso em tela, documentos que comprovem a conferência da nota fiscal e dos serviços prestados, sem os quais é impossível efetivar a liquidação e o lançamento do pagamento já que não se pode aferir se os serviços realmente foram realizados e se estavam em conformidade com o objeto do contrato.**

O Art. 37 da CF/88 estabelece os princípios que regem a administração pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



**Os contratos de dispensa 28 e 29 de 2020 possuem objetos semelhantes, com a mesma data e dias de execução, mesma data de vigência, mesma data para pagamento e mesmo fornecedor vencedor.**

Ao Administrador Público compete o estrito respeito ao Princípio da Legalidade, moralidade e impessoalidade, sob pena de violação a ordem Constitucional e ao próprio Estado Democrático de Direito.

Prevê o Código Penal em seu art. 355 que:

“Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.”

Sabe-se que a Lei nº 8.429/92 é aplicável aos Representados, conforme determinado em seus artigos 2º e 3º. Ainda, dispõe o art. 11 da mesma Lei:

“Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

I - **praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;**

V - **frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros**

VIII - **descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.”**

Ainda, o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.429/92 determina que “no que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.”





**Por todo o exposto, resta evidente que o então Prefeito Municipal São Pedro do Suaçuí/MG, sr. Ricardo Araújo Souza, violou princípios constitucionais e a lei de licitações ao contratar com a empresa J. Galvão Dedetização ME, sem a realização de processo licitatório, desrespeitando um dos pilares do Ordenamento jurídico pátrio, na seara da legislação pública.**

Há evidências cristalinas que devido à realização das mencionadas contratações diretas sem os devidos e regulares Processos Licitatórios ocasionaram prejuízo ao erário público da municipalidade de São Pedro do Suaçuí.

Podemos afirmar que houve prejuízo ao erário público Municipal e enriquecimento de um terceiro na ação dolosa realizada, destacamos ainda, que o então prefeito Ricardo Araújo Souza realizou ato administrativo com imoralidade, pessoalidade e sem a menor publicidade ao realizar contrato para beneficiar a empresa J. Galvão Dedetização ME, sem o devido e regular processo licitatório, reiteramos dando prejuízo direto ao erário público.

Trazemos o ensinamento do importante doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Ao contrário dos particulares, que dispõe de ampla liberdade quando pretendem adquirir, alienar, locar bens, contratar a execução de obras e serviços, o Poder Público, para fazê-lo, necessita adotar um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido na conformidade da lei. Tal procedimento denomina-se licitação.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, página 490)

Preceitua, também, com o importante ensinamento Odete Medauar:

“A Administração não pode contratar livremente, porque deve ser atendido o princípio da igualdade de todos para contratar com a Administração e a moralidade administrativa, sobretudo. Deste modo, o procedimento licitatório visa garantir a lisura das contratações entre a Administração Pública e particulares.” (MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 14ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, página 187).

Como posição latente nas jurisprudências que fundamentam a presente representação, assevera o STF:



"AGRAVO REGIMENTAL. COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DO CABIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO EM RAZÃO DE REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUNAL DE ORIGEM. SENTENÇA E ACÓRDÃO CONDENATÓRIOS. RECONHECIMENTO DOS REQUISITOS DE ATO DOLOSO, LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE TERCEIRO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...) V – A análise minuciosa da sentença permite depreender que, a despeito da menção dos art. 10, XVII e 11, I, da Lei de Improbidade Administrativa, o Juízo de primeiro grau transcreveu, entre parênteses, a conduta descrita no art. 10, XII, da Lei 8.429/1992, que faz referência expressa ao enriquecimento de terceiro, verbis: - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiros se enriqueçam ilicitamente. VI – Interpostas a apelação pelos réus, constou do acórdão condenatório do TJSP tratar-se de hipótese indissociável de enriquecimento ilícito, lesão ao erário e ofensa aos princípios que regem a Administração Pública. VII – Ausência de fumus boni iuris, haja vista constar da condenação o reconhecimento dos requisitos de ato doloso, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito de terceiro. VIII – Agravo regimental a que se nega provimento. (STF – AgR Pet: 7866SP – São Paulo 0078694-64.2018.1.00.0000, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento 01/03/2019, Segunda Turma, Data da Publicação. DJE: 048 12/03/2019)"

Conceituado julgado do TCE – MG:

RECURSO ORDINÁRIO. DANO AO ERÁRIO. DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AOS COFRES PÚBLICOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PELO DANO AO ERÁRIO ESTADUAL E MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE PELO DANO AO ERÁRIO ESTADUAL. RECURSO NÃO PROVIDO. I. inaplicabilidade da sumula da decisão do STF, proferido nos autos do RE nº 669.069, as irregularidades constantes dos autos principais que ensejaram a determinação do ressarcimento, porquanto o dano causado ao patrimônio público decorreu da conduta do agente público que tinha o dever de realizar gestão com a observância dos princípios aplicáveis a administração pública, entre os quais da impessoalidade, da eficiência e da economicidade, bem como prestar contas a sociedade. Configura-se a responsabilidade do agente público com a verificação do nexo causal entre a sua conduta comissiva ou omissiva e o dano causado ao erário. 3. Assinatura do termo aditivo para a prorrogação do prazo de vigência do convenio celebrado na gestão anterior e a não adoção da providencia para apurar a responsabilidade do ato que ocasionou prejuizo material ao erário são suficientes para a fixação da responsabilidade do prefeito sucessor. 4. Recurso não provido, mantida a determinação do ressarcimento aos cofres estadual e municipal. Tribunal Pleno. (TCE-MG – RO: 1015556, Relator CONS. GILBERTO DINIZ, data do julgamento: 13/12/2017, Data da Publicação: 12/03/2018)



Os atos praticados pelo então prefeito **Ricardo Araújo Souza** e pela **J. Galvão Dedetização ME** violaram o que há de mais sagrado na República Federativa do Brasil, pois corrompem os princípios administrativos constitucionais, apontando possíveis desvios de recursos públicos em contratação de serviços de dedetização sem sequer realizar o devido e regular processo licitatório, o que, por conseguinte, mostra-se premente a necessidade de pronunciamento por parte desta Corte de Contas.

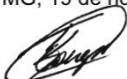
#### **4. DOS PEDIDOS**

Pelo exposto, considerando que, em análise preliminar, foram constatados indícios de irregularidades, requer o Representante junto a esta Egrégia Corte de Contas que:

- A.** Seja recebida a presente representação;
- B.** Sejam apurados todos os possíveis ilícitos civis, administrativos e penais consubstanciados nas ações praticadas pelos Representados;
- C.** Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas;

Nestes termos, pede deferimento.

São Pedro do Suaçuí/MG, 19 de novembro de 2021.



---

**Euzébio Teixeira de Souza**  
**Prefeito Municipal de São Pedro do Suaçuí**